



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

1 **CONSELHEIROS PRESENTES**

2 Sérgio Silva – representante titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
3 - Presidente do CERH.

4 César Augusto Pompêo – representante titular da Associação Brasileira de Recursos
5 Hídricos.

6 Ciro Loureiro Rocha – representante suplente da Associação Brasileira de Recursos
7 Hídricos.

8 Alberto Odon May – representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros.

9 Reinaldo Di Bernardi – representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

10 Paulo José Aragão – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
11 e Ambiental.

12 José Antonio da Silva – representante titular da Associação Brasileira de Irrigação e
13 Drenagem.

14 Silvio Tadeu de Menezes – Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

15 Roberto Kurtz Pereira – representante titular da Federação Catarinense dos Municípios.

16 Luiz Carlos Marinho Cavalheiro – representante titular da Secretaria de Estado da Infra-
17 Estrutura.

18 Sebastião Silveira - representante suplente da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.

19 Raquel Ribeiro Bittencourt – representante suplente da Secretaria de Estado da Saúde

20 Cláudio Ramos Floriani Jr. – representante titular da Companhia Catarinense de Águas e
21 Saneamento

22 Fernando Melquíades Elias Jr. – representante titular da Fundação do Meio Ambiente de
23 Santa Catarina.

24 Sebastião Rosa – representante titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
25 Estado de Santa Catarina.

26 **REPRESENTANTES DA SDS**

27 Terezinha Cechet Hartmann – Diretora de Recursos Hídricos.

28 Rui Batista Antunes – Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos.

29 Marta Elisabete Kracik –Técnica da Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos.

30 Paulo Ramos – Gerente de Outorga e Controle de Recursos Hídricos.

31 Guilherme Xavier de Miranda Jr. –Técnico da Gerência de Outorga e Controle de Recursos
32 Hídricos.

33 **REPRESENTANTES DE COMITÊS DE BACIAS**

34 Odair Fernandes – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí

35 Alessandro Barbosa – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do
36 Norte

37 Mônica Lopes Gonçalves – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica
38 do Rio Cubatão do Norte

39 José Mário Ribeiro - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do
40 Norte

41 Adilson Pereira - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão

42 Edson Adilson Ferreira – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu

43 Patrice Barzan – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
44 Araranguá



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

45 Silvio Luiz Rafaeli Neto – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas
46 Joni Stolberg – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
47 Jacutinga.

48 **PRÓ-COMITÊS**

49 Antonio Fernando Baptiston – Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó
50 Idelvino Furlanetto – Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai
51 Renato Bez Fontana – Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga

52 **DEMAIS PARTICIPANTES**

53 José Belmontt Verzola - CELESC
54 Wilson Spernan Jr. – SES/DIVS
55 Joaquim J.C. Nóbrega Jr. - SPG
56 Vanessa dos Santos - CASAN
57 Heriberto Hülse Neto – FATMA
58 Celso Correia Zimath – SDS
59 Afonso Veiga Filho – DISA/SDS
60 Guilherme Dallacosta – Consultor Projeto PRAPEM/Microbacias 2
61 Flávia do Nascimento Madruga – Consultora FNMA
62 Gilberto Valente Canali – Consultor Individual

63 Assuntos Discutidos:

- 64 1. Aprovação da Ata da última reunião do CERH;
- 65 2. Posse do novo Vice-Presidente e Secretária-Executiva do CERH e dos novos
66 Conselheiros;
- 67 3. Ratificação pelo CERH do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do
68 Rio Cubatão do Norte;
- 69 4. Análise e aprovação da proposta de extensão da área de abrangência do Comitê de
70 Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte.
- 71 5. Eleição do Coordenador do Grupo de Estudos sobre a nova proposta de composição e
72 alteração do Regimento Interno do CERH;
- 73 6. Agenda para a próxima reunião
- 74 7. Informações Gerais sobre:
75 Projeto Outorga;
76 Apresentação do Sub-Site do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
77 Recursos FEHIDRO – Lei Eleitoral;
78 Plano Estadual de Recursos Hídricos – Informações sobre o processo licitatório;
79 Início: 14h00min Término: 18h15min

80 Às quatorze horas do dia dezesseis de agosto de dois mil e seis, no auditório da Secretaria
81 de Estado do Desenvolvimento Sustentável, reuniram-se os acima nominados, para discutir
82 sobre os seguintes assuntos, conforme a ordem do dia: 1. Aprovação da Ata da última
83 reunião do CERH; 2. Posse do novo Vice-Presidente e Secretária-Executiva do CERH e dos
84 novos Conselheiros; 3. Ratificação pelo CERH do Plano Diretor de Recursos Hídricos da
85 Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte; 4. Análise e aprovação da proposta de
86 extensão da área de abrangência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
87 Cubatão do Norte. 5. Eleição do Coordenador do Grupo de Estudos sobre a nova proposta
88 de composição e alteração do Regimento Interno do CERH; 6. Agenda para a próxima



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

89 reunião; 7. Informações Gerais sobre: Projeto Outorga; Apresentação do Sub-Site do
90 Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Recursos FEHIDRO – Lei Eleitoral; Plano
91 Estadual de Recursos Hídricos – Informações sobre o processo licitatório; Aberta a Reunião
92 às 14h:00min, o Presidente informou a existência de *quorum* necessário para a realização da
93 reunião. Na seqüência, o Presidente dá início à reunião submetendo aos Conselheiros a
94 aprovação da Ata da última reunião do CERH, a qual foi aprovada por unanimidade sem
95 qualquer modificação. O Presidente informa que a posse do novo Vice-Presidente está
96 prejudicada em face do art. 13 do Regimento Interno prever que a vaga deverá ser ocupada
97 pelo Secretário da Justiça e Administração, órgão da administração direta inexistente na
98 atual estrutura de Governo. Em seguida, a Sra. Terezinha Cechet Hartmann faz a leitura do
99 Ato de nomeação dos novos Conselheiros, nominando a todos e o Presidente declara
100 empossado o Sr. Fernando Melquíades Elias Jr, representante titular da FATMA. Os demais
101 Conselheiros a serem empossados pelo Ato de nomeação não compareceram à reunião.
102 Após, faz-se a leitura do termo de posse da Secretária Executiva do Conselho Estadual,
103 declarando a Sra. Terezinha Cechet Hartamann empossada. Seguindo a pauta, a Sra.
104 Mônica Lopes Gonçalves faz a apresentação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da
105 Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte. A Sra. Mônica inicia sua apresentação
106 fazendo um breve histórico sobre o Comitê Cubatão Norte. São apresentadas as fases de
107 desenvolvimento do Plano Diretor, bem como as Consultas Públicas realizadas e os grupos
108 de trabalho firmados. A Sra. Presidente do Comitê apresenta o livro publicado que mostra
109 todo o diagnóstico e prognóstico realizado na área do Comitê do Rio Cubatão do Norte.
110 Também foram demonstrados e detalhados os dados hidrológicos monitorados e existentes
111 na área da bacia. Depois, a Presidente do Comitê passou a apresentar a proposta de
112 Ampliação da Área de Abrangência do Comitê Cubatão do Norte fazendo a justificativa
113 técnica para o pedido. A Presidente reforça que a ampliação da área do Comitê importará na
114 abrangência de seis municípios, sendo que atualmente são abrangidos apenas dois. A
115 população total da área do Comitê pode chegar a aproximadamente quinhentas e quarenta
116 mil pessoas. Realizada a apresentação, o Presidente reforça o trabalho feito pelo Comitê. O
117 Sr. Luiz Marinho Cavalheiro, representante da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, pede
118 a palavra e manifesta o bom trabalho desenvolvido e a complexidade do mesmo. O Sr.
119 Cavalheiro questiona como ficará a questão da mudança da classificação dos corpos d'água
120 existentes naquela área a partir da aprovação da ampliação da área do Comitê. A Presidente
121 defende afirmando que a proposta de mudança da classe de determinados cursos d'água se
122 dará em trechos de inexistência de usuários que comprometam a qualidade atual,
123 ressaltando que a proposta de alteração não irá prejudicar nenhuma atividade industrial em
124 virtude das áreas propostas para alteração não conterem usuários. Com relação à ampliação
125 da área do Comitê a Presidente informa que este processo se dará entre bacias adjacentes,
126 sendo estas independentes em meio físico, sendo que o enquadramento de uma bacia não irá
127 prejudicar o da outra. O Sr. Cavalheiro pergunta se a ampliação da área do Comitê não irá
128 prejudicar o Plano Diretor de Recursos Hídricos realizado. A Presidente responde que o
129 Plano serve unicamente à bacia do Cubatão do Norte e posteriormente poderá ser usado
130 para a nova área de abrangência. O Sr. Canali questiona sobre a proposta de abrangência da
131 área do Comitê, especificamente se a idéia visa contemplar a própria Baía da Babitonga,
132 almejando fazer o gerenciamento da zona costeira e águas estuarinas. A Sra. Mônica Lopes



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

133 afirma que não é objeto da proposta do Comitê adentrar nos domínios das águas federais. O
134 Sr. Canali questiona se os rios das bacias contribuintes ao Cubatão do Norte não sofrem
135 influência de marés. A Sra. Mônica afirma que todos sofrem influência em sua foz. O Sr.
136 Canali diz que esta é uma questão que demanda uma grande articulação entre a União e o
137 Estado de Santa Catarina em face da competência dos Comitês. A Sra. Mônica fala sobre os
138 casos de Comitês de Bacias que sofrem influência de maré, citando o caso do Comitê da
139 Lagoa da Conceição, Tubarão, Araranguá e outros. O Presidente intervém aduzindo que a
140 União ainda não possui uma resposta sobre a forma de gerenciamento dos recursos hídricos
141 em áreas costeiras. O Sr. Canali fala que uma das diretrizes gerais de ação da Política
142 Nacional de Recursos Hídricos é a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos
143 sistemas estuarinos e zonas costeiras. O Presidente informa que esta é uma discussão que
144 será levada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para parecer sobre a matéria. O Sr.
145 Cláudio Floriani, representante titular da CASAN, sugere que antes da aprovação da
146 proposta de ampliação da área de abrangência do Comitê Cubatão, seja endereçada consulta
147 formal para a Agência Nacional de Águas e para o Conselho Nacional de Recursos
148 Hídricos. O Sr. Paulo Aragão contrapõe o entendimento do Sr. Cláudio opinando que a
149 consulta à União pode prejudicar o pedido do Comitê, sendo que estas consultas demandam
150 tempo para resposta. Informa ainda que no ano de dois mil foi realizado estudo na Baía da
151 Babitonga, o qual conclui pela sugestão da ampliação da área de abrangência do Comitê. O
152 Sr. Fernando Melquíades, representante titular da FATMA diz entender que a União deve
153 sim ser consultada, tendo em vista o domínio das faixas de marinha ser de sua competência,
154 e, na sua inércia, o Estado deve dar continuidade ao processo. O Sr. Cláudio Floriani fala
155 que a idéia por ele proposta é a de consultar imediatamente a União e não ficar aguardando
156 eventual pronunciamento do entendimento a ser adotado para estes casos. A Sra. Patrice,
157 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá pergunta a Sra. Mônica
158 Lopes se a comunidade da bacia é favorável à ampliação da área de abrangência do Comitê
159 e se houve consulta à comunidade local. Também pergunta quais parâmetros foram
160 utilizados para realizar o enquadramento dos cursos d'água da bacia. A Sra. Mônica Lopes
161 responde à primeira pergunta falando que o Comitê endereçou pedido a todos os prefeitos
162 municipais dos municípios da área do Comitê, contemplando os atuais e os futuros, e
163 solicitando que estes indiquem representantes da população para dar início à realização de
164 consultas públicas aguardando a aprovação do Conselho Estadual para então dar viabilidade
165 às consultas públicas. A Sra. Patrice Barzan diz ter opinião diversa da Sra. Mônica Lopes
166 afirmando que o processo de ampliação da área de abrangência deve ser iniciado pela
167 consulta da sociedade civil da bacia. Ressalta ainda que a Resolução do Conselho Estadual
168 que dispõe sobre a criação de Comitês determinada que deve ser feita a mobilização para
169 depois se encaminhar a consulta ao Conselho Estadual. Com relação à segunda pergunta, a
170 Sra. Mônica Lopes diz que houve a adoção de vários parâmetros que determinaram a
171 pesquisa de enquadramentos dos corpos d'água. O Presidente expõe que a iniciativa do
172 Comitê é interessante e ressalta que o trabalho implica em uma ação de ordem mais
173 restritiva na questão do enquadramento. A Sra. Mônica Lopes diz que o trecho de maior
174 complicação para o enquadramento, levando-se em consideração a qualidade da água é o da
175 bacia do Rio do Braço que drena o distrito industrial de Joinville. O Sr. José Mário
176 complementa o entendimento da Sra. Mônica afirmando que foram contemplados mais de



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

177 quarenta parâmetros para análise do enquadramento. A Sra. Mônica enfatiza a forma
178 adotada pelo Comitê para realizar o processo participativo da sociedade na ampliação da
179 área de abrangência do Comitê. O Sr. Rui Batista Antunes fala sobre a proposta de
180 ampliação da área de abrangência do comitê ressaltando o fato que todos os Comitês de
181 bacias que pertencem à vertente do Atlântico e, por conseqüência, sofrem influência de
182 maré, devem aguardar a orientação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a
183 questão. Com relação à necessidade de mobilização da população da bacia, o Sr. Rui Batista
184 fala que não há necessidade de se criar um grupo para discussão da proposta, tendo em vista
185 que quem está propondo é o próprio Comitê que é composto por usuários, população da
186 bacia e poder público. O Presidente retoma a pauta para efetuar a votação dos assuntos. O
187 Sr. Odair Fernandes, representante do Comitê Itajaí apresenta Moção do próprio Comitê,
188 falando sobre a escolha da bacia do Rio Cubatão do Norte como bacia piloto para
189 implementação da outorga. O Presidente informa que o assunto será tratado no item número
190 sete da pauta, relativo à outorga. O Presidente submete à votação dos Conselheiros a
191 proposta de Ratificação do Plano Diretor da Bacia. A Sra. Raquel Ribeiro Bittencourt
192 abstém-se do voto. O Sr. Fernando Melquíades Elias Jr. abstém-se do voto. O Sr. José
193 Antonio da Silva também se abstém do voto. É aprovada a ratificação do Plano Diretor da
194 Bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte por dez votos a favor e três abstenções. A Sra.
195 Mônica Lopes agradece e ressalta ser um momento de grande importância para o Comitê. O
196 Presidente então fala sobre a forma de votação da proposta de ampliação da área de
197 abrangência. O Presidente então propõe que a matéria seja votada da seguinte forma:
198 Aprovação da ampliação da área de abrangência do Comitê e concomitante uma consulta ao
199 Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a matéria ou, uma consulta prévia ao
200 Conselho Nacional e posteriormente a aprovação. O Sr. Cavalheiro então pergunta se o
201 Conselho estaria aprovando a ampliação da área de abrangência ou apenas ratificando. O
202 Presidente diz ser esta uma terceira proposta. O Sr. Cláudio Ramos fala que ao seu
203 entendimento a proposta de ampliação da área de abrangência do Comitê foi feita sem
204 considerar uma das premissas básicas previstas na Lei da Política Nacional de Recursos
205 Hídricos, sugerindo, para tanto, a mobilização social antes da votação e conseqüente
206 aprovação da proposta. O Sr. Cavalheiro diz achar conveniente provocar consulta à
207 instância superior afim de definir a situação de todos os Comitês que possuem suas áreas
208 localizadas na vertente do Atlântico. O Sr. José Mário salienta que a mobilização social de
209 toda a população da nova área do Comitê é um trabalho extenso e de grande empenho e
210 acredita obter antes disso a aprovação do Conselho para, depois, proceder ao processo de
211 ampliação. O Sr. Rui Batista enfatiza que a proposta de alteração da área de abrangência
212 está sendo feita pelo próprio Comitê e este adotou o procedimento correto em se reportar ao
213 Conselho Estadual requerendo a sua aprovação. Também salienta que o pedido em análise
214 já fazia parte da pauta da última reunião, onde os próprios conselheiros solicitaram maiores
215 informações para análise da proposta. O Sr. Rui fala que a mobilização da sociedade já vem
216 sendo feita pelo Comitê. O Sr. Roberto Kurtz Pereira parabeniza o trabalho que o Comitê
217 Cubatão Norte vem fazendo e salienta que a proposta deve ganhar o aval do conselho para
218 após ser feito o trabalho de mobilização social. O Sr. Roberto fala que é possível aprovar a
219 proposta e em paralelo fazer a consulta, sob pena de prejudicar todo o trabalho que o
220 Comitê Cubatão vem fazendo. O Sr. Paulo Aragão enfatiza que é uma oportunidade ímpar



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

221 para o conselho referendar o excelente trabalho que o Comitê vem fazendo. O Sr. Joaquim
222 Nóbrega propõe a divisão da votação em aprovação da proposta de ampliação e
223 encaminhamento da consulta ao Conselho Nacional. O Sr. Presidente reforça fazendo a
224 leitura de alguns trechos da justificativa da ampliação apresentada pelo Comitê. A Sra.
225 Mônica Lopes cita o último parágrafo da página 246, considerações finais, a qual faz
226 menção à necessidade da ampliação da área do Comitê. O Sr. César Pompêo pergunta como
227 o Comitê fará a articulação para incorporar a representação dos atores da nova área do
228 Comitê. A Sra. Mônica responde que será feito um novo regimento interno e um novo
229 processo de representação das entidades que passarão a integrá-lo. A Sra. Patrice afirma que
230 a justificativa solicitada na última reunião do Conselho referia-se sobre a forma e
231 cronograma de atuação que o Comitê passaria a adotar após a aprovação da ampliação da
232 área de abrangência. O Presidente retoma a votação propondo que o Conselho dê a
233 manifestação favorável à proposta de ampliação, aguardando para sua aprovação um plano
234 de trabalho e, paralelamente, realizar uma consulta ao Conselho Nacional. O Sr. Ciro
235 Loureiro Rocha questiona o Presidente se seria o caso de consultar o Conselho Nacional,
236 tendo em vista que as áreas costeiras são competência de outros órgãos da União. O
237 Presidente informa que junto ao Conselho Nacional existem câmaras técnicas competentes
238 para se manifestarem sobre assuntos encaminhados pelos Conselhos Estaduais. O Sr.
239 Fernando Melquíades propõe que se permita a ampliação da área do Comitê, mas,
240 paralelamente seja enviado convite ao Conselho Nacional para que este venha a participar
241 da proposta de ampliação. O Presidente diz ser inviável tal proposta. O Presidente pergunta
242 sobre a possibilidade de encaminhar à votação o aval do Conselho Estadual sobre a
243 proposta de ampliação da área de abrangência, aguardando-se um plano de trabalho
244 envolvendo os municípios abrangidos pela área ampliada, e, ouvidos os Municípios, retorne
245 a questão para decisão final do Conselho. O Sr. Reinaldo Di Bernardi vota desfavorável. O
246 Sr. César Pompêo abstém-se da votação. A proposta encaminhada é aprovada por dez votos
247 sim, um não e uma abstenção. O Presidente retoma a pauta abordando o assunto da eleição
248 do coordenador do grupo de trabalho sobre a aprovação da minuta do novo regimento
249 interno. O Presidente sugere a criação de um núcleo técnico junto à Secretaria Executiva do
250 Conselho para viabilizar o estudo. O Presidente coloca em votação a criação do núcleo
251 técnico que elaborará a minuta do regimento interno a ser encaminhada para os cinco
252 participantes que compõem o grupo inicial, sendo eles, Patrice Barzan, Ives Luiz Lopes,
253 Beate Frank, Guilherme Dallacosta e Reinaldo Di Bernardi. Submetido à votação, é
254 aprovado por unanimidade. O Sr. Cavaleiro sugere seja marcada uma data para
255 apresentação da minuta. O Presidente então fala que a data para apresentação será a da
256 próxima reunião, sendo remetida a minuta previamente para os Conselheiros e membros
257 integrantes do grupo de trabalho. O Presidente passa a tratar dos assuntos gerais da pauta,
258 em especial da apresentação sobre o Projeto “Outorga” e do Projeto “Água para os
259 Catarinenses”. O Presidente apresenta os Projetos “Outorga” e “Água para os Catarinenses”
260 destacando as quinze ações necessárias para a gestão dos recursos hídricos em Santa
261 Catarina. Realizada a apresentação, o Sr. Cláudio Floriani pede para se ausentar e informa
262 aos Conselheiros que a Comissão Executiva Regional da Bacia do Atlântico Sul estará
263 reunida no auditório da CASAN nos dias vinte e um e vinte e dois de agosto. Informa ele
264 que esta foi a Comissão que trabalhou para as discussões do Plano Nacional de Recursos



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

265 Hídricos. O Sr. César Pompêo faz o informe sobre o I Simpósio da Região Sul-Sudeste de
266 Recursos Hídricos. Após as apresentações é aberta a palavra e o Sr. Reinaldo Di Bernardi
267 questiona o Presidente sobre a existência de documentação do projeto outorga e
268 possibilidade de acesso a tais documentos que demonstrem a metodologia de trabalho,
269 critérios técnicos adotados, equipe envolvida, etc. O Presidente então fala que os
270 documentos fazem parte de um estudo realizado pelo Projeto PRAPEM/Microbacias 2 que
271 contratou o Consórcio de Empresas Tetraplan/Lacaz Martins/Engecorps. É apresentada a
272 Portaria que institui o cadastro de usuários de recursos hídricos e o edital de chamamento
273 para o cadastro na bacia do Rio Cubatão Norte. Aberta a discussão aos conselheiros, o
274 Presidente é questionado sobre a forma e prazo de implantação da rede de monitoramento
275 hidrológico no Estado, de acordo com a proposta apresentada no Projeto “Água para os
276 Catarinenses”. O Presidente informa a necessidade de capacitação do FEHIDRO para
277 aporte de recursos da compensação financeira para viabilizar a implantação de duzentas
278 estações de monitoramento no Estado. Após, o Sr. Luiz Gonzaga dos Santos, representante
279 do Comitê Cubatão Sul pede a palavra e manifesta o pedido de inclusão na pauta e votação
280 da aprovação da alteração do regimento interno do Comitê Cubatão Sul. Inexistindo
281 *quorum* qualificado e não tendo sido encaminhado o documento aos conselheiros no prazo
282 exigido, o Presidente resolve aprovar a proposta de alteração *ad referendum*, devendo-se
283 aprovar na próxima reunião as modificações propostas. O Presidente submete aos
284 Conselheiros a sugestão para a data da próxima reunião, definindo-se o dia nove de outubro
285 de dois mil e seis, lembrando que na última reunião foi proposta a forma de reuniões
286 itinerantes, com a possibilidade de realização em outras cidades. O Sr. Joni Stolberg reforça
287 a importância de descentralizar as reuniões do Conselho levando-as para o interior do
288 Estado, em especial para a atuação dos Comitês. O Sr. Kurtz Pereira sugere que algumas
289 cidades se candidatem a realizar as reuniões. Os Comitês do Jacutinga, Cubatão Sul,
290 Canoas e Itajaí se propõem a sediar as próximas reuniões. O Sr. Ciro salienta que as
291 entidades não-governamentais que integram o Conselho não possuem condições de custeio
292 para deslocamento até outras cidades para participação em reuniões do Conselho. O
293 Presidente informa que poderá ser viabilizado um veículo para deslocamento dos
294 conselheiros que residem na Capital. O Presidente ressalta que a cidade de Blumenau,
295 através do Comitê do Itajaí, poderá sediar a próxima reunião, tendo em vista o prestígio e
296 trabalho que o Comitê do Itajaí desenvolve. O Sr. Alberto Odon May diz que os Comitês
297 estão vinculados ao Conselho e a decisão deve partir dos próprios Conselheiros. O Sr.
298 Roberto Kurtz fala da importância de permitir que as reuniões sejam realizadas em outras
299 cidades do Estado. Os Conselheiros sugerem que a possibilidade de reuniões
300 descentralizadas pode ser contemplada na minuta de regimento interno do Conselho. O
301 Presidente então submete à votação dos Conselheiros, sendo de pronto informado da
302 inexistência de *quorum* qualificado para decidir a matéria. Decide-se então pela
303 manutenção da próxima reunião em Florianópolis, na sede da Secretaria do
304 Desenvolvimento Sustentável, devendo ser incluída na pauta da próxima reunião a votação
305 da proposta de descentralização das reuniões. A partir deste momento, a reunião do
306 Conselho é encerrada.
307 Florianópolis, 16 de agosto de 2006.
308



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH**

**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/08/2006**

309
310

SÉRGIO SILVA
Presidente do CERH